

GLOBALIZAÇÃO E PERDA DA IDENTIDADE

Emilio Mordini

O conceito de globalização no uso atual passou a ter um significado de natureza quase que exclusivamente econômica, do qual a maioria do público tem uma percepção um tanto confusa, acompanhada de um sentimento de ameaça obscura. Assim, por exemplo, face a uma queda súbita na bolsa de valores de seu país, que levou boa parte de suas economias, a pessoa leiga recebe a explicação de que isso aconteceu por causa da grave crise econômica na Rússia, ou no México, ou por causa do colapso dos mercados de valores asiáticos, sem conseguir entender os motivos desses efeitos de longo alcance, causados pela “globalização”. Outras vezes, a pessoa percebe que uma crise de desemprego que atinge um determinado setor de produção em sua própria região é causada pelo fato de que a empresa que operava neste setor descobriu ser mais vantajoso mudar suas instalações de produção para países do terceiro mundo, onde a mão-de-obra é muito mais barata. Existem vários exemplos, e todos eles se encaixam no que podemos chamar de globalização do mercado (mercados de capital, emprego, matéria-prima, produtos e serviços). Portanto, o atual significado da globalização é reduzido ao de uma “globalização econômica”. A partir deste ponto de vista, a globalização levanta toda uma série de problemas que, por serem em geral “novos”, são problemas somente de modo relativo, já que não são mais do que a projeção global de problemas inerentes à economia de mercado como tal. Então, junto com os que vêm na expansão do “mercado livre” de acordo com a pura dinâmica de suas “leis” internas a condição para uma maior prosperidade econômica em longo prazo para toda a humanidade, há aqueles que ressaltam os verdadeiros riscos das conseqüências econômicas e sociais desastrosas para áreas e estratos amplos da humanidade, se “regras”, medidas corretivas e garantias não forem prontamente preparadas para equilibrar a lógica econômica com as necessidades de justiça e a garantia dos direitos humanos básicos.

Agradecimentos – Este trabalho foi co-financiado por uma doação da Comissão Européia - DG Research – Contrato n° QLG6-CT-2002-01796.

Não é, de forma alguma, este tipo de problemas (cruciais, complexos e urgentes) que pretendo tratar, mas sim várias características perturbadoras que o processo de globalização mostra, não tanto no nível econômico, quanto no nível humano e antropológico mais geral, sinais de apreensão que apareceram bem antes da globalização econômica se mostrar com toda sua evidência, isto é, desde quando, há várias décadas, a expressão “aldeia global” foi cunhada para indicar simbolicamente o novo quadro sociológico que o mundo estava destinado a adotar, principalmente como resultado da disseminação maciça das comunicações e da informação. Dentre as mais significativas dessas características perturbadoras está, sem dúvida, uma forte aceleração do fenômeno da perda da “identidade individual” que vem afetando quase todas as sociedades chamadas “avançadas” já há algum tempo.

Quando a filosofia contemporânea fala sobre o problema da “identidade individual” (ou “identidade pessoal”), refere-se a uma questão bastante complexa, porém, no geral, um tanto bizantina, isto é, o problema de se entender e explicar como uma pessoa pode permanecer a mesma, mesmo passando pelas mudanças físicas, mentais e existenciais ocorridas durante sua vida. Para ser claro, quando digo que é uma questão um tanto bizantina, não pretendo sugerir que é um problema banal, já que as respostas podem implicar efeitos altamente significativos, por exemplo, na área ética e bioética. Contudo, há um outro sentido de identidade individual que, embora seja menos estudado, possui uma importância concreta e um valor humano mais radical: posso expressar isso dizendo que todo ser humano tem uma necessidade fundamental de “saber sua própria identidade, isto é, saber “quem ele é”, para ter uma “imagem” geral de si mesmo que possa dar significado às suas ações e à sua vida como um todo. Para essa fragmentação progressiva da imagem do homem têm notoriamente contribuído numerosos momentos “desorientadores” ligados à dissolução das estruturas dos “valores”, de modo geral, que há muito constituem uma referência comum implícita da civilização ocidental (valores morais, religiosos, sociais e políticos). O “politeísmo dos valores” do qual Max Weber falou, e que caracteriza as sociedades “avançadas”, parece ter reduzido o

horizonte do “sentido” com base no qual cada indivíduo “identifica” sua existência no mundo, seus deveres, a forma autêntica de se relacionar com os outros e o destino final de sua vida com uma série de “opções subjetivas” representadas em uma situação de incerteza, sensibilidade ou uma “fé” mais ou menos não-racional. A tudo isso se juntou a sucessão de várias “imagens do homem” propostas pelos desenvolvimentos das várias ciências, que buscaram (e muitas vezes afirmaram) revelar os “mecanismos” de sua existência: inicialmente os mecanismos físicos, químicos, termodinâmicos e elétricos do funcionamento de seu corpo, e depois os mecanismos de sua psique também, seja consciente ou inconsciente, ou os de seus condicionamentos sociais ou lingüísticos, interligando-os de forma mais ou menos arbitrária. Todas essas imagens “objetivas”, porém parciais, intrinsecamente carecem de unidade e, quando afirmam oferecê-la, fazem isso em um sentido “reducionista”, isto é, pretendendo explicar os fatos mais fundamentais da subjetividade, como a liberdade de escolha, a autoconsciência e o sentido moral, como “efeitos” dos determinismos que não dependem de nós. Hoje, as neurociências e a inteligência artificial são os setores nos quais é mais possível medir o risco de desorientação que surge, no que diz respeito à possibilidade de captar a identidade de uma pessoa. Não é mais *eu* que quero, escolho, reflito, construo a vida ideal, me esforço, luto, sofro e espero, mas, pelo contrário, tudo isso é o resultado do que está escrito em meu código genético, em meu sistema neuronal, nas formas com que estas minhas estruturas reagem aos estímulos ambientais, e por aí em diante.

O efeito deletério destes vários fatores não é, contudo, o mesmo para todos os homens: na verdade, para pouquíssimas pessoas essa variedade de posições, estímulos, conhecimento e imagens pode ser um enriquecimento, se elas possuem um quadro de referência global e unitário do qual extrair *critérios de julgamento* e para a avaliação dessas diferentes contribuições, colocando cada uma delas em sua própria dimensão e dando-lhes um significado específico. Como se pode ver, esse quadro de referência é uma condição “preliminar”, uma espécie de base na qual cada identidade individual está “enraizada” desde sua origem, e que permite que ele não seja exposto sozinho, quase como uma tábua rasa, aos vários estresses que ele não é realmente capaz de julgar e avaliar.

Essas raízes da identidade de um indivíduo são espontaneamente oferecidas e garantidas a cada um pela

consciência implícita de pertencer a uma *comunidade vital*, isto é, a uma coletividade que não consiste simplesmente de uma “pluralidade” de seres humanos, mas reconhece a si própria em uma *história* e um *destino* comuns. Na mesma família, que é a mais fundamental dessas comunidades, o laço de sangue tem um significado muito mais rico e profundo do que o laço biológico: na realidade, significa o enxerto de um “tronco” que possui sua própria *história*, isto é, um legado de ideais, modelos de vida e valores passados de geração a geração e consignados à memória transmitida de pai para filho. Este tronco experimentou vicissitudes de sofrimento, glória e erros, pelos quais seus atuais membros podem sentir orgulho ou às vezes até vergonha, mas que eles não podem realmente considerar “irrelevantes”, já que os vários membros de alguma maneira sentem que são participantes de um *destino* comum, com o qual todos eles se sentem solidários e para o qual todos eles contribuem. Esse sentido de “pertencer” se amplia, com conotações similares, para os *parentes*, a tribo, a cidade e a nação, e dá concretude à identidade individual.

No século 19, esse conceito profundo de uma solidariedade existencial deu origem ao precioso desenvolvimento da idéia de uma *nação*, capaz de criar fortes sentimentos de identidade, a luta por grandes ideais, formas provocantes de heroísmo, assim como de inspirar a expressão literária e artística: o indivíduo tinha, ao mesmo tempo, a percepção precisa de sua identidade, responsabilidade e criatividade irrepetível, e a consciência de dar uma contribuição positiva para a formação da comunidade nacional, seu enriquecimento e sua glória. Dessa forma, a idéia de uma nação, desenvolvida pelo pensamento romântico, se tornou um *ideal* autêntico que, na realidade, formou o motor fundamental da história ocidental por quase todo o século, e continuou a ser assim mesmo quando certos elementos que constituíram essa idéia começaram a se tornar corruptos. De fato, deve-se lembrar que, embora, por um lado, os fundadores do pensamento nacional do século 19 tenham desenvolvido a idéia de uma identidade específica das nações individuais, por outro lado eles ressaltaram sua complementaridade mútua e a fecundidade de uma coexistência harmoniosa. Com pouquíssimas exceções, mesmo quando se deixaram ser levados a celebrar uma espécie de “primazia” da nação à qual pertenciam (algo historicamente compreensível no caso de nações que ainda estavam lutando para criar uma unidade política, como a Itália e a Alemanha), não chegaram a reivindicar um direito de supremacia da nação e

domínio de sua nação sobre outras. A esse respeito, basta mencionar os nomes de Mazzini e Bolívar.

Infelizmente, a degeneração dessa idéia nas formas aberrantes do *nacionalismo* (que, em particular, cancelou o acima mencionado conceito original da positividade e complementaridade das diferenças nacionais) levou a experiências trágicas que marcaram a primeira metade do século 20, e estas causaram uma reação de rejeição do próprio conceito de nação (hoje esse termo praticamente desapareceu, foi quase censurado no discurso ordinário e mais ainda no discurso político, onde foi substituído pelo termo mais fraco “país”). Com isso, contudo, criou-se um autêntico vácuo de ideais na civilização ocidental contemporânea; esse vácuo foi ocupado pelos substitutos tácitos e piores da idéia da nação, como o egoísmo racial e étnico, que na verdade nada mais são do que projeções no nível coletivo do espírito individualista que permeia tudo hoje em dia. Hoje, a perda generalizada de identidades nacionais causa fenômenos que podem ser chamados de “regressão” ou “involução histórica”. Muitas das que poderiam ser consideradas as nações mais solidamente formadas, e às vezes com um legado histórico considerável, estão observando a ocorrência de fenômenos de separatismo, muitas vezes bastante acentuados e mesmo violentos, centrífugos e desintegradores, exaltações exasperadas das diferenças que o processo histórico gradualmente superou e integrou na unidade da nação. Mas a vacuidade cultural, social e política desses fenômenos se torna clara assim que nós percebemos que eles não produziram de maneira alguma a formação ou, talvez, a recuperação, das comunidades autenticamente inspiradas por um sentido espiritual e ideal de “pertencer” a uma tradição, a uma história e a um destino comum, mas que realmente revelam-se tentativas de buscar uma melhor defesa dos interesses locais, investidas de um discurso vago e genérico de identidades menosprezadas. Assim, o quadro que a história apresenta hoje é um paradoxo de uma *globalização*, que tende a dissolver vários tipos de fronteiras entre povos, estimula ou produz migrações em massa, misturas de tradições e culturas, e parece projetar o futuro para a existência de uma sociedade planetária, embora, por outro lado, haja uma crescente infestação de particularismos, secessionismos, conflitos tribais sangrentos e intolerâncias étnicas, raciais e religiosas. O resultado comum dessas duas dinâmicas opostas é uma crescente perda de identidade, isto é, dessas comunidades de raízes que oferecem ao ser humano uma base

agregadora de referência para ser ele mesmo, enquanto ao mesmo tempo se sente existencialmente similar a outros seres humanos com quem pode compartilhar a propriedade de uma herança comum de valores, costumes, ideais e compromissos.

Para superar essa situação, que hoje muitos consideram justamente negativa, e especialmente para dar um sentido e um valor ao processo irrefreável de globalização que está acontecendo, pode-se tentar novamente, em grande escala, algo parecido com a formação do ideal de nacionalidade, e proceder com sua realização histórica. Contudo, hoje parece praticamente impossível repetir tal processo para toda a humanidade, justamente porque os elementos para compreender essa comunidade de história e destino que, conforme foi visto, tornou possível a maturidade da idéia da nação (não por acaso, esta nasceu há pouco menos de dois séculos, como resultado de uma profunda *reflexão* da história) não existem objetivamente. Embora seja verdade que hoje vários povos estão começando, mesmo com muitas incertezas, a conceber uma comunidade de história e destino (como os povos da Europa e das duas Américas), não é menos verdade que essa consciência não aflora em muitas outras partes do mundo e, mais ainda, que essas “histórias comuns” diferentes, havendo permanecido separadas no espaço e no tempo por milênios, e mesmo continuando a serem quase desconhecidas mutuamente, não podem fazer surgir o sentimento de uma história comum da humanidade. Pode ser que num futuro não tão distante uma consciência similar se desenvolva, talvez graças a uma reflexão não-científica sobre a *história comum da humanidade*, interpretada não mais sob um ponto de vista político-militar, mas de um ponto de vista antropológico, isto é, considerando como a raça humana, nas mais variadas latitudes, passou por estágios de “evolução cultural” que são similares em muitos aspectos, dando origem a formas de civilização e cultura originais e extremamente diferentes, mas também muito parecidas em diversas formas, comparáveis, entendíveis e apreciáveis por todos. Isso poderia ser acompanhado também pela consciência de um *destino comum* que a humanidade das próximas gerações poderia ser forçada a vivenciar, face aos graves problemas ecológicos que estão se formando no horizonte, assim como aos graves problemas sociais que o desenvolvimento da globalização destacará cada vez mais.

Obviamente, estas são perspectivas futurísticas. Não obstante, um caminho imediatamente praticável poderia ser o mesmo que uma vez caracterizou a mudança do conceito de nação, isto é, o da

ampliação das *diversidades*, que a globalização tende a fazer desaparecer, mas que uma sabedoria elementar deveria, ao invés disso, tentar salvaguardar, considerando-as não como um sinal de “irrelevância”, ou mesmo de inferioridade, em comparação com os modelos de vida ou valores diferentes dos do próprio grupo de uma pessoa, mas como fontes autênticas de *riqueza*. Muitas nações, nas melhores épocas de sua história, foram alimentadas pelas diversidades existentes dentro delas, e colheram frutos como a civilização, o esplendor, o sucesso e o poder. O sentimento de identidade nacional conseguiu ser forte mesmo em nações que incorporaram populações de diferentes idiomas, religiões e origens étnicas (por exemplo, a Suíça, os Estados Unidos da América e a Rússia).

Assim, não há uma falta de exemplos históricos para apoiar este projeto que, todavia, pressupõe a disponibilidade de uma atitude espiritual precisa, isto é, a crença íntima de que os *outros* possuem muitas coisas que *eu não tenho*, e que eles *têm valor* para si próprios, ou até mesmo poderiam ter valor para mim (ou para nós) também. Não é uma mentalidade fácil de se adquirir, já que pressupõe a conscientização dos *limites* culturais, históricos, de conhecimento, institucionais e políticos de uma pessoa. Cada cultura cultivou a ilusão de ser de certa forma o *centro* do mundo e da história (isso não é uma deformação atribuível somente ao vituperado “eurocentrismo”: foi comum aos chineses, assim como aos mexicanos-americanos, e até mesmo as culturas “primitivas”). Hoje, é uma questão de desistir de achar um novo “centro”, para se perceber que a limitação humana nunca permite que um indivíduo ou uma comunidade ou cultura individual, por mais “avançada” que seja, compreenda toda a gama do que é bom, bonito e válido para todos os homens, embora todos eles tenham algo para contribuir e algo para aprender e assimilar dos outros. Graças a essa nova consciência, o homem da era da globalização pode continuar a descobrir as raízes particulares de sua identidade, e ao mesmo tempo estar aberto e se enriquecer com o contato e compartilhamento das contribuições de tradições diferentes das suas.

SOBRE O AUTOR

Emilio Mordini é psicanalista clínico e diretor fundador do Centro para Ciência, Sociedade e Cidadania. Ele foi diretor do Instituto Psicanalítico de Pesquisa Social (1986-2001) e professor de Bioética na Universidade de Roma “La Sapienza”, no Depto. de Ginecologia, Obstetrícia e Cuidado Infantil (1994-2005). Formou-se em medicina (*Magna Cum Laude* em “La Sapienza”, 1981;

Emilio Mordini

com especialização em gastroenterologia, 1984) antes de mudar para a psicanálise (psicanalista registrado, Associação Médica de Roma, 1989; membro da Sociedade Italiana de Psiquiatria, 1992) e depois em ética e ciências sociais (Mestre em filosofia *Magna Cum Laude*, pela Pontifícia Universidade de Roma “Angelicum”, 1994). Desde 1994, o Dr. Mordini participou de mesas-redondas sobre ética da Comissão Européia; atuou também como revisor de projetos em vários programas nacionais (Ministério da Saúde da Espanha, CNRS da França, Wellcome Trust, Regione Veneto, Regione Emilia Romagna). Desde 2003, Emilio se tornou especialista certificado do Ministério Italiano da Educação, Universidade e Pesquisa (decreto n°603 24/março/2003). Sua atual pesquisa trata de biométrica e tecnologias de identificação, e suas implicações sociais, éticas, culturais e legais. Essa pesquisa está focada nas implicações políticas, sociais e éticas de recentes desenvolvimentos na tecnologia da identificação, notadamente a biométrica, RFID, MEMS, etiquetas inteligentes, microchips implantáveis e as formas nas quais estes mudam nossas idéias sobre a identidade humana, sobre a distinção entre dados privados e públicos, e mesmo sobre as fronteiras entre a identidade pessoal e a integridade do corpo, incluindo a chamada “*informatização do corpo*”.